

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Ilustríssimo Pregoeiro,

Ref: Edital de Pregão Eletrônico 244/2022 – ITENS 7 e 8.

LUCIANE CORRÊA MENDES, Microempresa Individual, inscrita no CNPJ sob o nº 37.000.228/0001-91, CPF nº 028.892.477-08, com sede na Rua General Espírito Santo Cardoso, 377 – 206 – Tijuca – Rio de Janeiro/RJ, em atendimento ao disposto no edital de pregão eletrônico, vem, tempestivamente, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que habilitou a empresa vencedora dos itens 7 e 8, apresentando suas razões:

DAS RAZÕES DA REFORMA

De acordo com Edital da licitação em apreço, estabelecido ficou, entre outras condições de participação, que as licitantes deveriam apresentar proposta em conformidade com as exigências editalícias. Supondo ter atendido tal exigência, a RECORRIDA apresentou proposta com preços extremamente abaixo do preço de referência, gerando dúvidas quanto à qualidade do produto ofertado.

DA INEXEQUIBILIDADE DO PREÇO OFERTADO PELA EMPRESA EMPRESA VENCEDORA

Respeitosamente, considerando-se o valor máximo estimado pela Administração, conforme previsão do Edital em comento, vislumbra-se que a proposta vencedora não pode ser considerada exequível, uma vez que destoa completamente dos preços médios praticados no mercado.

Ademais, valor inexecuível entende ser a doutrina como sendo:

“...aquele que sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço. Inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-se lhe o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir de todo empreendimento comercial ou industrial (o lucro), conduz, necessariamente, à presunção de que a empresa que assim age está a abusar do poder econômico, com o fim de ganhar mercado ilegalmente, inclusive asfixiando competidores de menor porte.” (PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres.

Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. p.559)

No caso em tela, não é razoável a aprovação de proposta no valor de R\$ 6,98 (SEIS REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), haja vista, que o órgão licitante apresentou uma estimativa de R\$ 46,33(quarenta e seis reais e trinta e três centavos) para o preço do galão de 05 litros.

In casu, observa-se uma flagrante disparidade do valor apurado pela Administração, como média aceitável de mercado, e o valor final da proposta vencedora que está 71% abaixo do valor de referência apresentado pelo órgão licitante.

Assim sendo, em uma análise superficial pode-se afirmar que a licitante vencedora e, bem assim, a Comissão de Licitação não compreenderam o esforço a ser empreendido no trabalho de todos os licitantes no certame em comento.

Neste sentido, o valor da proposta da empresa vencedora, notoriamente não acoberta o custo dos materiais e mão-de-obra especializada, necessários para execução do objeto da licitação, frisa-se.

Outrossim, por motivos de razoabilidade e proporcionalidade, e princípios correlatos à Administração, como da eficiência, o que precisa ser observado, é a possibilidade no mundo real de cumprimento do contrato administrativo quanto ao objeto do presente certame licitatório por parte da empresa vencedora. A coletividade não pode ser prejudicada por eventual descumprimento das cláusulas do contrato administrativo, tendo por fundamento, precípua, a proposta inexecuível apresentada.

De mais a mais, o que deve ser levado em consideração por parte desta r. Comissão são os princípios da INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO, bem como da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO (Lei 9784/99).

O douto doutrinador Hely Lopes Meireles, esclarece:

“... A inexecuibilidade se evidencia nos preços zero, simbólicos ou excessivamente baixos, nos prazos impraticáveis de entrega e nas condições irrealizáveis de execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de

outros fatores, preexistentes ou supervenientes, pela Administração. (MEIRELES, 2010, p. 202).

No mesmo sentido, são as lições de Marçal Justen Filho (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição.

Dialética: São Paulo, 2010 – pág. 654-655): “Admitir generalizadamente a validade de propostas de valor insuficiente pode significar um incentivo a práticas reprováveis. O licitante vencedor procurará alternativas para obter

resultado econômico satisfatório. Isso envolverá a redução da qualidade da prestação, a ausência de pagamento dos tributos e encargos devidos, a

formulação de pleitos perante a Administração e assim por diante. Usualmente, a contratação avençada por valor insuficiente acarretará a elevação dos custos administrativos de gerenciamento do contrato.

Ademais, estamos falando de um registro de preços, cujo contrato tem validade de 12 meses, e torna-se evidente o risco de não cumprimento do contrato pela recorrida com preços manifestamente irrisórios e inexequíveis. O TCE/MG (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais) quando do julgamento do Processo n. 911.699 decidiu:

**EMENTA: DENÚNCIA – NÃO OCORRÊNCIA DAS
IRREGULARIDADES APONTADAS –**

ARQUIVAMENTO. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis. Serão considerados inexequíveis aqueles preços que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e serão considerados excessivos quaisquer valores que sejam superiores ao valor estimado pela contratante.

Portanto, é dever da Administração, em respeito ao Princípio da Autotutela Administrativa, diante das razões deste recurso, conceder à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta (súmula 473, STF):

SÚMULA 473

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

De se ressaltar que o valor orçado pela administração é calculado pela média de propostas enviadas por licitantes convidados no ato de formação do processo para fornecer cotação de preços ou estimativa de preços. Sendo a estimativa apresentada na planilha orçamentária e no processo de licitação em sua fase interna. Desta forma, o valor apresentada pela empresa declarada vencedora está totalmente fora da média orçada, ou seja 85% abaixo do preço de referência, ocasionado risco a efetividade do contrato a ser firmado entre a vencedora e a Administração Pública.

DO PEDIDO

Mediante o exposto, requer:

a) seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que seja declarada INABILITADA a empresa JOSIANE POCIDONIO PEREIRA LTDA para os itens 07 e 08 , com a posterior volta de fase para aceitação das propostas de preço do Pregão Eletrônico 244/2022, tendo em vista o reconhecimento da proposta como INEXEQUIVEL;

b) Que sejam convocadas as empresas participantes do certame, obedecendo-se a ordem de classificação, até que sejam atendidas todas as exigências editalícias, especialmente as condições de habilitação e exequibilidade de preços;

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo, além do art. 13, IV do Decreto 10.024/19.

Termos em que pede e aguarda deferimento.

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2023.

Luciane Corrêa Mendes
Representante Legal
CPF 028.892.477-08

Fechar